

Voto político sobre o mogno

A Amazônia entrou no centro de uma acirrada discussão internacional desde que o Brasil não votou a favor da inclusão do mogno no chamado Apêndice 2 da Convenção Internacional sobre o Comércio de Espécies Ameaçadas (Cites). A reunião ocorreu há duas semanas, em Harare, no Zimbábue, poderia colocar o mogno, árvore nobre da região, em uma lista de espécies cujo comércio é controlado pelas Nações Unidas (ONU). E a proposta final da delegação brasileira, que foi aprovada faltando alguns minutos para o fim da conferência, foi a criação de um grupo de trabalho com os países exportadores para analisar medidas de controle da madeira.

“A opção brasileira foi política. Não vamos comer prato pronto dos EUA”, disse Eduardo Martins, presidente do Ibama. Segundo ele, as medidas que o governo tomou para reduzir o corte irregular de mogno foram tão eficazes que a espécie não é mais a primeira mais exportada da Amazônia. Para Martins, o Cites “não aumenta tanto a proteção ao mogno, só a burocracia para vendê-lo”.